

EUCARISTIA IMAGEM DA IGREJA

A Eucaristia faz a Igreja, a Igreja faz a Eucaristia. *Convém recordar o aforismo dos Padres neste ano eucarístico, às vésperas de um Sínodo sobre a Eucaristia. Perspectiva Teológica apresentou, não faz muito tempo (nº 87, 2000), um Editorial sobre a Eucaristia, que permanece válido. Não é o caso de repetir o que ali foi dito. O presente editorial quer limitar-se ao aspecto da relação da Eucaristia com a Igreja. Muitas das deformações, apontadas então, na forma de celebrar a eucaristia são o reflexo da visão deturpada da Igreja e da sua missão.*

A Igreja faz a Eucaristia por mandato do Senhor. Não a inventa. Celebra a Eucaristia por fidelidade ao testamento de Jesus na última Ceia. Isso obriga a reencontrar em cada celebração o significado que Jesus deu ao gesto do pão e do vinho: a entrega do seu corpo crucificado e do seu sangue derramado. As formas rituais da celebração variaram no curso da história e são diversas no momento atual, mas a própria diversificação tem como finalidade a procura incessante de fidelidade ao testamento do Senhor: tornar transparente a oferenda do Cristo na cruz para a salvação do mundo e a oferenda do seu Corpo, a Igreja.

A Eucaristia faz a Igreja. A Igreja nasce do Mistério Pascal, da morte e ressurreição do Senhor do qual a Eucaristia é memorial. Por ela, o Senhor ressuscitado torna presente sua entrega na Cruz numa comunidade situada no espaço e no tempo, para configurá-la ao mistério da sua morte e ressurreição.

O mandamento do Senhor aos discípulos, “fazei isto em minha memória”, demanda deles bem mais do que a simples representação de um drama sacro pela evocação ritual do gesto do Senhor. Exige a comunhão no gesto da entrega do Cristo, que associa a Igreja à sua oferenda para a salvação do

mundo. Torna-se possível pela ação do Espírito do Cristo que faz da Igreja o seu Corpo mediante a comunhão no corpo e sangue sacramentais. Fica assim suprimida toda dicotomia entre rito e vida. A Eucaristia faz a Igreja: faz da assembléia, que celebra o rito, o Corpo de Cristo, e a constitui em missão a fim de que a missão do Enviado do Pai, consumada na cruz, prossiga no mundo e se torne presente no multiforme decorrer de tempos e lugares.

Sendo ação sacramental, a Eucaristia faz a Igreja significando, ou seja, mostrando com a própria celebração o que a Igreja é em sua relação ao Cristo. A fidelidade “ritual”, fidelidade ao testamento do Cristo, possibilita que a Eucaristia torne-se epifania da Igreja e da sua relação com a missão do Cristo. Fidelidade ritual não é mera repetição de gestos estereotipados. A Igreja não pode repetir, sem mais, os gestos da última ceia, porque, na Ceia, Jesus, no gesto ritual do pão e do vinho, entrega à Igreja, uma vez por todas, seu corpo que vai ser crucificado e seu sangue que será derramado. Funda o que a Igreja deverá fazer após sua morte, acolhendo, num memorial de ação de graças, o dom do seu Senhor. A Ceia não é a primeira de uma série de eucaristias, mas o seu fundamento e a sua instituição.

A Igreja de hoje tampouco pode repetir a celebração, por exemplo, da Igreja de Corinto no tempo de Paulo, porque a fidelidade ao mandamento do Senhor tem implicações diversas numa e noutra assembléia. A Eucaristia deve ser epifania de uma Igreja viva, com milhares de rostos e de figuras, permanecendo no entanto a única Igreja de Jesus Cristo. Para ser verdadeira, a fidelidade “ritual” precisa ser criativa e ao mesmo tempo mostrar a continuidade da tradição do mandato de Jesus.

Períodos houve na Igreja em que, na celebração da Eucaristia, prevaleceram a uniformidade e a repetição. Eram situações de cristandade, de estabilidade de uma fé transmitida pela própria vida da sociedade como um todo e pouco questionada por ela. A liturgia declinou facilmente para o ritualismo e o rubricismo. O liturgista era alguém que dominava e explicava as rubricas do rito.

O movimento litúrgico que precedeu o Concílio nasceu da percepção de alguns cristãos de que a liturgia estava perdendo seu caráter de epifania do Mistério de Cristo e da sua Igreja para o mundo moderno. Outros se aferravam à imutabilidade do rito, com a convicção — ou ilusão? — de que “mudando o mundo” a linguagem tradicional voltaria a ser transparente.

*A renovação litúrgica teve que se abrir caminho entre mentalidades em conflito. O conflito não terminou quando Pio XII, primeiramente na encíclica *Mediator Dei*, e o Concílio Vaticano II, depois, oficializaram as propostas dos precursores da reforma conciliar. A diferença de mentalidades em relação à liturgia fazia aflorar um nível mais profundo da contenda: a divergência na própria concepção da Igreja. O aforismo dos Padres revelava mais uma vez sua pertinência.*

A correspondência entre a afirmação da Sacrosanctum Concilium de que a assembléia Litúrgica é o sujeito da celebração eucarística e a concepção da Igreja como povo de Deus é evidente. Haverá que estranhar que a resistência à recepção da Reforma litúrgica caminhe em paralelo com a resistência à recepção da eclesiologia de comunhão da Lumen Gentium? Ou que o movimento de restauração, provocado pelo susto que o aggiornamento conciliar suscitou em alguns, atinja tanto a autocompreensão da Igreja como sua expressão litúrgica?

Num e noutro terreno aceitam-se facilmente acertos superficiais. No caso da Liturgia, a língua vernácula, a simplificação dos ritos, a modernização do canto litúrgico ou dos instrumentos musicais que o acompanham. Mas deve-se perguntar até que ponto é alcançado o cerne da reforma conciliar: tornar transparente a celebração do Mistério Pascal de Cristo e a configuração da assembléia celebrante ao Cristo morto e ressuscitado, que a constitui em missão para tornar presente no mundo os sinais da oferenda do Crucificado.

O Concílio tinha entendido, acertadamente, que, para tanto, a liturgia deveria adaptar-se à cultura e aos costumes dos diversos povos e, superando o rubricismo, descobrir caminhos para a fidelidade criativa ao mandato do Cristo. "A Igreja não quer impor na liturgia uma forma rígida e única para aquelas coisas que não dizem respeito à fé ou ao bem de toda a comunidade. Antes, cultiva e desenvolve os valores e os dotes de espírito das várias nações e povos. Tudo aquilo que nos costumes dos povos não esteja ligado indissoluvelmente a superstições e erros, examina-o com benevolência e, se pode, o conserva intacto. Até, por vezes, admite-o na própria liturgia sempre que se possa harmonizar com o verdadeiro e autêntico espírito litúrgico" (SC 37).

Houve, com anuência dos Bispos, experiências valiosas nesse sentido, lembradas com saudade pelos que viveram os primeiros tempos da renovação conciliar. Como não podia deixar de acontecer, houve também inovações precipitadas e abusos, numa Igreja que, educada para a submissão quase infantil em matéria de liturgia, estava aprendendo a dar os primeiros passos de uma liberdade responsável, aprendendo que a responsabilidade perante a Palavra divina é mais vinculante do que a submissão escrupulosa a rubricas eclesiásticas.

A inculturação litúrgica é um processo que requer paciência para permitir a sedimentação de experiências nascidas do crescimento da fé comum de uma assembléia em diálogo com a cultura. Processos que podem durar décadas ou até séculos. Mas é um itinerário incontornável, se a liturgia quer ser expressão de uma Igreja viva. A celebração da Eucaristia, para centrar-nos em nosso tema, caminha entre duas exigências: comunhão com a tradição que a precede e a constitui, e necessidade de se re-expressar e reformular, ou seja, fidelidade à fé de sempre e fidelidade ao mandato do

Senhor de manter viva a memória do seu gesto no hoje da história. A inculturação só pode caminhar se for o processo da fé comum de uma assembleia, no exercício cotidiano de interiorizar o Mistério que celebra, e não imposição extrínseca de qualquer inovador apressado.

Que a renovação da liturgia suscitasse crises não deveria ter assustado tanto. A crise é fator necessário de todo processo de crescimento. O Concílio, com sua eclesiologia de comunhão, sabiamente tinha colocado o Bispo (evidentemente em comunhão com o Colégio episcopal e a Igreja universal e de forma especial com as Igrejas mais próximas) como o primeiro moderador da Liturgia. A inculturação da Liturgia fazia esperar que a descentralização das instâncias normativas progredisse. O medo paralisou a caminhada.

Diante da crise, duas soluções apresentavam-se. O acompanhamento mais próximo das experiências de inculturação pelos Bispos diocesanos, em diálogo com as Conferências Episcopais Nacionais, ou a volta à centralização e fixação das rubricas, pondo fim a toda experimentação.

A primeira, mais trabalhosa, poderia pacientemente ir corrigindo os abusos e educando para o exercício de uma legítima e responsável liberdade e assim atingir o cerne da renovação litúrgica: tornar vivo para cada cultura o mistério do Cristo.

A segunda, que prevaleceu, oferece fácil segurança e estabilidade aos “cristãos mais tradicionalistas”, mas enfraquece a missão de transformar o mundo a partir do mistério do Cristo crucificado, que vive e sofre em bilhões de seres humanos excluídos dos bens do Reino.

Quais foram as conseqüências? Em alguns lugares, preferentemente nos países do primeiro mundo, como transparece do Instrumentum laboris para o sínodo, a Eucaristia está perdendo seu sentido para grande maioria dos cristãos. A solução proposta por alguns dos Bispos, de insistir no “preceito” dominical, se mostrará estéril. Celebrar a Eucaristia para cumprir um preceito está em contradição com o que ela deve ser: gozoso memorial de ação de graças pelo dom inefável da cruz do Cristo. Quão longe do testemunho dos primeiros mártires diante dos tribunais: “Não podemos viver sem celebrar o dia do Senhor”. A insistência na catequese, proposta por outros, não ajudará muito enquanto a própria celebração não se tornar epifania do Mistério feito carne na assembleia celebrante.

Nos lugares em que o empenho em tornar significativa a Eucaristia não esmoreceu, é possível encontrar, entre outras, duas atitudes.

Uma — não a mais comum — a das comunidades que, mesmo dentro das restrições impostas pelo ritual, com um uso inteligente e responsável do mesmo no espírito da Reforma e com apoio dos bispos, procuram caminhos de fidelidade criativa, para fazer da Eucaristia epifania da Igreja-

comunhão, nascida constantemente da entrega pascal do Cristo. São geralmente comunidades comprometidas com a transformação do mundo no horizonte do Reino.

Outra, a das comunidades (melhor diríamos, neste caso, dos “celebrantes”) que, se atendo escrupulosamente às rubricas, tentam tornar atraente a celebração com empréstimos fáceis e superficiais de elementos midiáticos da “cultura de massa” ou, no melhor dos casos, com subsídios da cultura popular acrescentados ao ritual, sem terem nascido de um processo da vivência inculturada da fé da assembléia.

Conforme ao aforismo dos Padres — a Igreja faz a Eucaristia, a Eucaristia faz a Igreja —, para que o próximo sínodo seja fecundo, os padres sinodais, ao examinarem situação da Eucaristia, deverão interrogar-se pela autocompreensão da assembléia que a celebra, representando sempre a totalidade da Igreja de Jesus Cristo.

Motivo de esperança é a recente determinação do Papa de modificar alguns elementos da dinâmica do próximo sínodo para “favorecer ainda mais o aspecto colegial e sinodal”, ampliando o número de convidados fraternos, “cujo número se duplicará com relação ao último sínodo. Haverá 12 representantes das Igrejas ortodoxas, das antigas Igrejas do Oriente e das Comunidades derivadas da Reforma”. “Poder-se-ia dizer que se trata de um dos gestos concretos de ecumenismo, desejados por Bento XVII ao começo do seu pontificado” (Vatican Information Service 07.07.2005).

É preciso, no entanto, não esquecer que o encargo das instâncias superiores de decisão, não exime cada assembléia eucarística da responsabilidade pelo andamento da renovação litúrgica. E para isso o aforismo dos Padres pode ser de uma fecundidade preciosa.

Cada assembléia litúrgica deve perguntar-se: Que imagem da Igreja nossa eucaristia oferece? A começar pela própria configuração do espaço litúrgico e seguindo pelo exercício dos diversos ministérios na celebração. Uma Igreja clerical, na qual tudo está centrado no presidente, ou uma Igreja diversificada nos ministérios e no sujeito da ação litúrgica? Uma Igreja em atitude de escuta da Palavra, através de uma celebração que favorece o silêncio interior, que deve manifestar-se inclusive no momento de comentar as leituras na homília? Quem preside, vencendo a tentação do didatismo, da informação, da denúncia social, do moralismo..., mostra-se como o primeiro que tem o dever de escutar o que Deus tem a dizer à assembléia? Lembra-se de sua missão primordial de serviço à mistagogia ou iniciação ao mistério que está sendo celebrado?

A alternância ritmada da proclamação da Palavra e sua escuta respeitosa, da prece, do canto, do silêncio, deixam transparecer a presença maravilhosamente gratuita da Palavra divina feita carne em Jesus Cristo e da sua entrega amorosa no memorial do sacrifício da Cruz?

A assembléia faz a experiência de ser constituída como Corpo de Cristo, presença local da única Igreja de Jesus Cristo, em comunhão também, mesmo quando não plena, com todas as Igrejas e comunidades que professam a mesma fé e se sentem incentivadas pela eucaristia a buscar caminhos para a plena unidade eclesial?

Ao iniciar o ministério petrino de serviço à unidade da Igreja, o papa “afirmou com vigor a vontade decidida de prosseguir no compromisso de atuação do Concílio Vaticano II” e, recordando que seu pontificado começava no momento em que a Igreja está vivendo o especial ano dedicado à Eucaristia, afirmava: “A Eucaristia, coração da vida cristã e fonte da missão evangelizadora da Igreja, não pode deixar de constituir o centro permanente e a fonte do serviço petrino que me foi oferecido”.

As suas palavras devem recordar às Igrejas que o processo de recepção do Concílio é dever urgente de todos. A Eucaristia é o coração desse processo, porque a Eucaristia faz a Igreja, que nasce constantemente como nova Eva do lado aberto do Cristo. A Eucaristia faz a Igreja, é verdade, mas não sem que a Igreja faça a Eucaristia como memorial vivo, comprometido e sempre renovado do gesto supremo do amor do Cristo na cruz. A Eucaristia faz a Igreja na medida em que a Igreja faz a Eucaristia na fidelidade ao caminho do Cristo que culmina na cruz.